

Remetente (pessoa jurídica):**CNPJ**

00.394.494/0001-36

Nome da instituição

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Setor

Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro - CGGAB/MJ

Responsável pelo envio (Pessoa física):**Nome**

Matheus Batista Sousa

Telefone

(61)2025-7361

E-mailcggab.gm@mj.gov.br**Destinatário:****Nome**

Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Setor

Presidência

Descrição do documento

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03/2023

Referência ao SEI n. 02433/2023

Anexos

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03.2023.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



25142242



08000.012324/2023-05



Ministério da Justiça e Segurança Pública

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03/2023

O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, CNPJ nº 00.394.494/0001-36, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, CEP 70064-900, Brasília - DF, neste ato representado pelo MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, nomeado por Decreto de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2023, resolve, por meio do presente Termo Adesão, aderir ao Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023, celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Conselho da Justiça Federal - CJF, Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT e Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à justiça na região da Amazônia Legal.

O Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante - Seji e/ou de atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, em observância aos art. 5º, inciso XXXV, art. 107, § 2º, art. 115, § 1º, e art. 125, § 7º, da [Constituição Federal](#); ao art. 95, parágrafo único, da [Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995](#); ao art. 22, parágrafo único, da [Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001](#); à [Resolução CNJ nº 460, de 6 de maio de 2022](#); bem como aos arts. de 67 a 69 da [Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015](#) (Código de Processo Civil) e à [Resolução CNJ nº 350, de 27 de outubro de 2020](#), que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se os seguintes parâmetros fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023:

I - institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;

II - capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;

III - produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes às lições de cidadania;

IV - designação de profissionais e disponibilização de recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal; e

V - geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

1. O Ministério da Justiça e Segurança Pública desenvolverá ações coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à justiça na região da Amazônia Legal.

2. O Ministério da Justiça e Segurança Pública indica para gestor o Senhor AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO, Secretário Nacional de Justiça, augusto.ab@mj.gov.br, 2025-3145, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

3. Vigência: o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

4. Responsabilidades:

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

I - exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa Justiça Itinerante na Amazônia Legal;

II - diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

III - promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do Justiça Itinerante na Amazônia Legal;

IV - planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do programa Justiça Itinerante na Amazônia Legal, do que devem participar as entidades aderentes;

V - produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as); e

VI - gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos;

4.2 São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP:

I - diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo de Adesão;

II - planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do programa Justiça Itinerante na Amazônia Legal;

III - promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do programa Justiça Itinerante na Amazônia Legal;

IV - produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

V - diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao programa Justiça Itinerante na Amazônia Legal; e

VI - gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação; e

4.3 São responsabilidades gerais do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:

I - viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;

II - viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;

III - produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;

IV - fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;

V - designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no Justiça Itinerante na Amazônia Legal; e

VI - gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

5. Publicação:

5.1. O presente instrumento será divulgado, pelo CNJ, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

FLÁVIO DINO

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Dino, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 30/11/2023, às 18:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **25142242** e o código CRC **F820892B**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.